

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.844.159 - PR (2019/0314506-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO BUZZI**  
**RECORRENTE** : OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL  
**ADVOGADO** : JOAQUIM MIRO - PR015181  
**ADVOGADOS** : ANA TEREZA BASILIO - RJ074802  
BRUNO DI MARINO - RJ093384  
LIDIA GUIMARÃES CUPELLO - RJ146950  
BERNARDO GUEDES RAMINA E OUTRO(S) - PR041442  
**RECORRIDO** : ADEMILDE GOMES DE ARAÚJO  
**RECORRIDO** : ALICE SUEYASSU ALMEIDA  
**RECORRIDO** : CLEUZA SUEYACU DE ALMEIDA  
**RECORRIDO** : IVONE SUEYAÇU DE ALMEIDA FERREIRA  
**RECORRIDO** : JAMILO ALMEIDA JÚNIOR  
**RECORRIDO** : LUIZA ODETE TUPAN  
**RECORRIDO** : ROMILDA ALMEIDA DOS SANTOS  
**ADVOGADO** : NILTON GIULIANO TURETTA E OUTRO(S) - PR023773

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por OI S.A., com fundamento nas alíneas “a” e “c” do permissivo constitucional, em face de acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado (fls. 761-780, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL - APELO 01 - ILEGITIMIDADE PASSIVA - NEGADA PORQUE EVIDENTE SUCESSÃO DE EMPRESAS - ALEGADA FALTA DE INTERESSE DE AGIR E AUSÊNCIA DE FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO DOS AUTORES - AFASTADO - ALEGADA PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA - NÃO RECONHECIDO - PEDIDO DE JUROS MORATÓRIOS A PARTIR DO TRÂNSITO EM JULGADO - NEGADO - CORRETO CRITÉRIO DE CONVERSÃO DE AÇÕES - IRRELEVÂNCIA DOS REGIMES "PAID" E "PEX" DOS CONTRATOS DOS APELADOS DESNECESSIDADE DE LIQUIDAÇÃO POR ARTIGOS - QUESTÃO PASSÍVEL DE LIQUIDAÇÃO POR SIMPLES CÁLCULO A RITI M ÉTICO - GRUPAMENTO DE AÇÕES QUE DEVE SER ANALISADO EM SEDE DE LIQUIDAÇÃO - RECURSO PARCIALMENTE PROCEDENTE - APELO 02 - NECESSIDADE DE LIQUIDAÇÃO IMEDITADA - DESCABIMENTO - MAJORAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - NÃO RECONHECIDO - ATENDIMENTO AOS CRITÉRIOS DO ART. 20 DO CPC- RECURSO DESPROVIDO - APELO 01 PARCIALMENTE PROCEDENTE - APELO 02 IMPROCEDENTE.

Opostos embargos de declaração (fls. 783-794, e-STJ), esses foram rejeitados (fls. 801-806, e-STJ).

Nas razões do recurso especial (fls. 809-843, e-STJ), a recorrente, além de

dissídio jurisprudencial, aponta violação seguintes artigos:

(i) 535, II, do CPC/1973, ao argumento de que o Tribunal local é omissor acerca da legitimidade do critério de emissão das ações de PAID, bem como sobre a sistemática a ser utilizada para a conversão do quantitativo de ações em pecúnia;

(ii) 100, § 1º, da Lei 6404/76, na medida em que a falta de pagamento da taxa de serviço pelo acionista para a obtenção dos documentos contratuais requeridos implica ausência de interesse recursal para o pedido de exibição de documentos;

(iii) 402 do CC/2002, pois o critério para a conversão das ações deve ser a data do trânsito em julgado;

(iv) 475-C e 475-D do CPC/1973, já que a condenação demanda liquidação;

Contrarrazões às fls. 892-904, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

O inconformismo merece parcial provimento.

1. Inicialmente, pontua-se que, consoante a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional.

Salienta-se, ademais, que o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que, em sua decisão, discorra sobre todas as questões fundamentais para a correta solução da controvérsia.

No caso em tela, verifica-se que o Tribunal de origem, de modo expreso e fundamentado, manifestou-se sobre os critérios de emissão de ações e conversão destas em pecúnia.

Nesse sentido, relevante a menção ao seguinte trecho do acórdão recorrido (fls. 772-775, e-STJ):

Note-se que se a BRASIL TELECOM S/A deixou de subscrever as ações em quantidades que correspondessem ao valor efetivamente disponibilizado pelo Investidor, apurado no momento da integralização. Agindo de tal forma, a empresa, por evidente, impediu o Investidor/Consumidor de auferir os rendimentos próprios da condição de acionista, pelas ações que não lhe foram entregues.

(...)

Ademais, veja-se que o Superior Tribunal de Justiça já pacificou entendimento sobre o tema, editando a Súmula 371:

"Nos contratos de participação financeira para a aquisição de linha telefônica, o Valor Patrimonial da Ação (VPA) é apurado com base no balancete do mês da integralização." Impende ainda destacar o posicionamento do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, no qual se percebe pacificada a compreensão do efetivo prejuízo dos contratantes frente à companhia.

(...)

Destaforma, indiferente se os contratos eram do tipo PAID (Plano de Atendimento Integral da Demanda) ou PEX (Programa de Expansão), uma vez que, conforme é possível observar em diversas ações desta matéria, as ações correspondentes à participação financeira dos autores não foram

emitidas no momento da-integralização do capital, ou seja, quando da quitação do contrato de aquisição do direito de uso'.do.terminal telefônico, mas sim em momento,posterior e quantidade 'inferior, sem, contudo, justificar-se satisfatoriamente esse atraso, a não ser com as normas administrativas que lhe favoreciam.

Nota-se, portanto, que as alegações vertidas pela insurgente não denotam omissões, contradições ou obscuridades do aresto impugnado, mas tão somente traduzem seu inconformismo em relação ao acolhimento da tese jurídica defendida pela parte adversa.

Assim, não há se falar em violação ao art. 535 do CPC/1973 na espécie, uma vez que a Corte local, de modo satisfativo e sólido, apreciou todos os pontos necessários para o julgamento do caso.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 489, § 1º, DO CPC/2015 E AO ART. 93, IX, DA CF/88. DECISÃO MONOCRÁTICA - ORA AGRAVADA - DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. ACÓRDÃO ESTADUAL QUE EXAMINOU OS PONTOS ESSENCIAIS AO DESLINDE DA CONTROVÉRSIA. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AOS ARTS. 139, I, E 373, II, DO CPC/2015 E ART. 324 DO CÓDIGO CIVIL. PRETENSÃO DE REDISCUTIR MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

**1. Os vícios a que se refere o art. 1.022 do CPC/2015 - art. 535 do CPC/73 - são aqueles que recaem sobre ponto que deveria ter sido decidido e não o foi, e não sobre os argumentos utilizados pelas partes, de modo que não há falar em omissão simplesmente pelo fato de as alegações deduzidas não terem sido acolhidas pelo órgão julgador. Na espécie, deve ser rejeitada a violação ao art. 1.022 do CPC/2015, pois não existem vícios no v. acórdão estadual, que examinou os pontos essenciais ao desate da lide.**

(...)

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1015125/AC, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 17/04/2018, DJe 24/04/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS DECORRENTE DE ACORDO JUDICIAL INADIMPLIDO. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL E FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO NÃO CONFIGURADAS. 2. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 283/STF. 3. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 20, §§ 3º E 4º, DO CPC/1973. CRITÉRIO DE EQUIDADE. REVISÃO OBSTADA PELA SÚMULA 7/STJ. 4. AGRAVO IMPROVIDO.

**1. Não ficou caracterizada a violação dos arts. 489 e 1.022 do**

**CPC/2015, uma vez que o Tribunal de origem se manifestou de forma fundamentada sobre todas as questões necessárias para o deslinde da controvérsia. O mero inconformismo da parte com o julgamento contrário à sua pretensão não caracteriza falta de prestação jurisdicional**

(...)

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1254843/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/05/2018, DJe 01/06/2018)

**2.** No que tange a alegada violação do art. 100, § 1º, da Lei n. 6.404/1976, assiste parcial razão à recorrente.

A jurisprudência da Segunda Seção, firmada no âmbito de recurso especial representativo da controvérsia, é no sentido de carecer ao autor interesse de agir, no tocante à pretensão de fornecimento de documentação societária destinada a instruir futura demanda vindicando direitos decorrentes de contrato de participação financeira, quando não demonstrados: (i) a apresentação de requerimento formal perante a sociedade empresária; e (ii) o pagamento pelo custo do serviço respectivo, quando exigido pela companhia, legitimamente respaldada no § 1º do artigo 100 da Lei 6.404/76 (REsp 982.133/RS, Rel. Ministro Aldir Passarinho Júnior, Segunda Seção, julgado em 10.09.2008, DJe 22.09.2008). Eis a ementa do referido julgado:

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. FORNECIMENTO DE DOCUMENTOS COM DADOS SOCIETÁRIOS. RECUSA. RECURSO À COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. LEI N. 6.404/1976, ART. 100, § 1º. AUSÊNCIA DO COMPROVANTE DE RECOLHIMENTO DA "TAXA DE SERVIÇO". RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. LEI N. 11.672/2008. RESOLUÇÃO/STJ N. 8, DE 07.08.2008. APLICAÇÃO. I. Falta ao autor interesse de agir para a ação em que postula a obtenção de documentos com dados societários, se não logra demonstrar: a) haver apresentado requerimento formal à ré nesse sentido; b) o pagamento pelo custo do serviço respectivo, quando a empresa lhe exigir, legitimamente respaldada no art. 100, parágrafo, 1º da Lei 6.404/1976. II. Julgamento afetado à 2a. Seção com base no Procedimento da Lei n. 11.672/2008 e Resolução/STJ n. 8/2008 (Lei de Recursos Repetitivos). III. Recurso especial não conhecido.

Observa-se que o STJ também aplica o entendimento acima aos pedidos de exibição de documentos feitos, incidentalmente, em ação ordinária de adimplemento contratual. Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES. PEDIDO INCIDENTAL DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. INTERESSE DE AGIR. SÚMULA 389 DO STJ. APLICABILIDADE. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. "O entendimento da Súmula 389 do STJ aplica-se aos pedidos de exibição incidental dos chamados contratos de prestação de serviços de telefonia com cláusula de participação financeira. Precedentes." (AgInt no AREsp 812.092/PR, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, julgado em 19/05/2016, DJe 27/05/2016). 2. Agravo interno não provido. (AgInt nos EDcl no AREsp 934.742/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 22/11/2016, DJe 01/12/2016)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. COMPROVAÇÃO DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO E DE PAGAMENTO DO CUSTO DO SERVIÇO COMO CONDIÇÃO DE PROCEDIBILIDADE E INTERESSE DE AGIR. APLICABILIDADE AOS PEDIDOS INCIDENTAIS DE EXIBIÇÃO. OCORRÊNCIA. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Nos termos do recurso repetitivo REsp 982.133/RS, "falta ao autor interesse de agir para a ação em que postula a obtenção de documentos com dados societários, se não logra demonstrar: a) haver apresentado requerimento formal à ré nesse sentido; e b) o pagamento pelo custo do serviço respectivo, quando a empresa lhe exigir, legitimamente respaldada no art. 100, parágrafo, 1º da Lei 6.404/1976".

2. Em conformidade com a Súmula 389/STJ, "a comprovação do pagamento do 'custo do serviço' referente ao fornecimento de certidão de assentamentos constantes dos livros da companhia é requisito de procedibilidade da ação de exibição de documentos ajuizada em face da sociedade anônima".

**3. Aplicabilidade da condição de procedibilidade da ação cautelar autônoma aos pedidos de exibição incidental de documentos.**

Precedentes.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1785040/PR, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 23/04/2019, DJe 22/05/2019)

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DEMANDA ORDINÁRIA DE COMPLEMENTAÇÃO DE SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. AQUISIÇÃO DE LINHA TELEFÔNICA. EXIBIÇÃO INCIDENTAL DE DOCUMENTOS. AUSÊNCIA DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DO CUSTO DO SERVIÇO. CARÊNCIA DE AÇÃO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR.

1. De acordo com o entendimento firmado no julgamento do Recurso Especial 982133/RS, afetado à Segunda Seção, com base no procedimento da Lei de Recursos Repetitivos, "falta ao autor interesse de agir para a ação em que postula a obtenção de documentos com dados societários, se não lograr demonstrar: a) haver apresentado requerimento formal à ré nesse sentido; b) o pagamento pelo custo do serviço respectivo, quando a empresa lhe exigir, legitimamente respaldada no art. 100, parágrafo 1º da Lei 6.404/1976". Súmula 389 do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

**2. O entendimento da Súmula 389 do STJ aplica-se aos pedidos de**

**exibição incidental dos chamados contratos de prestação de serviços de telefonia com cláusula de participação financeira. Precedentes.**

3. Caso em que a parte autora não fez a prévia solicitação administrativa.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 812.092/PR, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 19/05/2016, DJe 27/05/2016)

No presente caso, o Tribunal de origem manifestou-se, quanto ao ponto, nos seguintes termos (fls. 768-770, e-STJ):

O Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula 389 que assim dispõe:

A comprovação do pagamento do "custo do serviço" referente ao fornecimento de certidão de assentamentos constantes dos livros da companhia é requisito de procedibilidade da ação de exibição de documentos ajuizada em face da sociedade anônima.

Deve-se fazer a leitura e a aplicação desta Súmula em seu sentido estrito, ou seja, somente aos casos de cautelar de exibição de documentos, de modo que sua incidência fica afastada quando da ação de adimplemento contratual, onde é possível haver a incidental de exibição de documentos, sem os empecilhos sumulares.

Assim, não há que se falar em aplicação da súmula, nem tampouco do art. 100, §1º, da Lei 6404/76, pois se trata ação de adimplemento contratual e não de cautelar de exibição de documentos.

Desse modo, de rigor o acolhimento parcial da irresignação disposta no presente recurso especial, com a consequente determinação de retorno dos autos à origem, para que o Tribunal local avalie a existência de interesse de agir por parte da parte recorrida, nos termos da jurisprudência desta Corte.

Nesse contexto, ficam prejudicadas as demais alegações dispostas no recurso especial.

**3.** Ante o exposto, com fulcro no art. 932 do CPC/2015 c/c Súmula 568/STJ, dou parcial provimento ao recurso especial. Por conseguinte, determino o retorno dos autos à origem, para que o Tribunal local avalie a existência de interesse recursal da ora recorrida, à luz da jurisprudência do STJ.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator